

Câmara Federal adia para hoje votação dos projetos polêmicos

por Sérgio Garschagen
de Brasília

As grandes questões partidárias do esforço concentrado devem ser votadas hoje pelo Congresso, incluindo a divisão do horário gratuito de rádio e TV, a partir de setembro. Os líderes acertaram ontem à tarde, em reunião de última hora, que fariam uma derna tentativa para atingir o consenso sobre o horário gratuito na TV. Eles se encontram às 7 horas na Câmara para um acordo. "É reunião de três horas, no mínimo", disse Pimenta da Veiga.

A noite, por falta de quórum, não houve a sessão conjunta do Congresso Nacional, e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República foi aprovado por recurso de prazo.

Ontem, no primeiro dia do esforço concentrado, votaram-se somente questões menores, mas que atravancam a pauta, como seis acordos de cooperação assinados pelo governo com outros países e licença para nove viagens internacionais de parlamentares, sozinhos ou em comitivas. Os 259 deputados presentes



Pimenta da Veiga

aprovaram ainda substitutivo que modifica o projeto que propôs a desativação do parque gráfico da administração direta e indireta federal, atendendo a reclamações do PDS, que não aceitava a medida, embora concordasse em impedir que as mesmas fossem ampliadas ou outras construídas. Outra sugestão do PDS, acatada pelo PMDB, é sobre a venda de imóveis funcionais do governo. O deputado Amaral Neto exigiu que os apartamentos só pudessem ser vendidos se os moradores tivessem mais de cinco anos no mes-

mo endereço, o que exclui os atuais, além de parlamentares, militares e ministros do Judiciário e de Estado. Por isso, a matéria, que desde março emperrava a ordem do dia, saiu de pauta ontem, para receber nova redação.

A sessão foi marcada também por uma divergência entre Pimenta da Veiga e o líder do PDT, Matheus Schmidt (RS), que, incomodado em não ter sido convidado para o acordo PMDB-PDS, antes da sessão, pediu verificação de quórum. Pimenta da Veiga reagiu indignado: "Ele não leu a pauta. Está completamente idiota e acho que quer aparecer". Em tom mais alto Schmidt deu o troco: "Vocês têm que aprender a respeitar um partido que tem 26 deputados." A resposta do PDT deve-se ao fato de que com mais de 20 parlamentares um partido pode pedir verificação de quórum. "O seu vice-líder, Amaury Müller, sabia do acordo com o PDS", alegou ainda Pimenta da Veiga. "Ele está mentindo", afirmou Müller a este jornal, referindo-se ao líder do PMDB.

Segundo ele, após a reunião da recebeu um telefo-

nema de Pimenta da Veiga comunicando a decisão de votar ontem apenas projetos mais tranqüilos, e respondeu que daria o recado ao seu líder. Como o bate-boca no plenário esquentasse, por sugestão do presidente da Câmara em exercício, Humberto Souto, os líderes partiram para uma reunião, que não resultou em nada. Schmidt não abriu mão em votar logo o projeto que regulamenta os pagamentos de royalties do petróleo e a legislação eleitoral. Por isso foi preciso realizar nova sessão, com chamada nominal dos deputados.

SENADO

Em sessão extraordinária, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto de lei do senador Nélson Carneiro que permite às mulheres que exercem a profissão de jornalista aposentar-se com 25 anos de serviço.

Os senadores aprovaram ainda projeto de lei da Câmara que reorganiza o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) e estende aos servidores da Justiça do Trabalho as gratificações de representação de gabinete após cinco anos no cargo.